

EDUCAÇÃO DO CAMPO E RESISTÊNCIA: desafios e perspectivas das escolas do campo no município de Abaetetuba, PA

Osmana Gonçalves¹
Marcos Cardoso²
Olívia Cardoso³

Resumo

Esse artigo visa abordar os avanços, as dificuldades e principalmente os desafios que a educação do campo vem enfrentando ao longo dos seus 21 anos de regência no município de Abaetetuba-Pa, por meio do sistema de organização modular de ensino (SOME). E como que a escassez dessa política pública de qualidade tem instigado esse povo a lutar pelos seus direitos, que até então estavam sendo negados pelas esferas governamentais, que não valorizam os costumes, tradições e identidade desse povo. Utilizamos como metodologia a análise documental e bibliográfico, relatos de ribeirinhos, além de visitas in lócus em algumas escolas em audiências públicas mediadas pelo Ministério Público. Assim, destacamos a organização, a luta e a esperança de uma educação do campo que vise se adequar as necessidades do povo ribeirinho levando em consideração o espaço vivido e dando oportunidade a todos que buscam educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação do campo, populações tradicionais, movimentos sociais.

¹ Estudante de Graduação em Geografia (PRONERA), na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: osmanadias@gmail.com

² Estudante de Graduação em Geografia (PRONERA), na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: marckinho.cardoso26@gmail.com

³ Estudante de Graduação em Geografia (PRONERA), na Universidade Federal do Pará- UFPA. E-mail: olivia22cardoso@hotmail.com

Introdução

Nos municípios que apresentam populações tradicionais e as políticas públicas são precarizadas, a educação torna-se mais desafiadora. Essa é uma realidade dos povos ribeirinhos e quilombolas do município de Abaetetuba. Localizado no Nordeste paraense, que apresenta uma unidade territorial de 1.610.408 km² (IBGE, 2015), e a população estimada segundo o IBGE 2016 de 151.934 habitantes, sendo em 2012 a população urbana de 82.998 habitantes, e a população rural 58.102 habitantes, distribuídas entre estradas e ilhas. Dentre esta totalidade rural, a maioria é considerada ribeirinha. Sendo então esta, a população menos beneficiada das políticas públicas, principalmente no eixo da educação.

O que temos hoje, materializado na grande maioria de nossas ilhas, é uma educação assistencialista. Este tipo de educação é aquela imposta pelo poder público, sem ao mínimo levar em consideração ou tentar compreender as interpretações de uma vida do campo.

[...] quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural [...] (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 26 et al Caldart, p. 260).

Ou seja, não busca valorizar e respeitar nossas diversidades e peculiaridades, as nossas culturas, tradições e modo de vida.

É necessário que o poder público olhe o trabalhador e a trabalhadora do campo a partir de sua singularidade, importância e sujeitos constituídos de direitos a partir do local. Negar isso ao trabalhador rural, significa negligenciar o grande papel que esses trabalhadores exercem na sociedade.

E aqui pauta-se apenas uma dessas negações, que é o direito à educação. Não qualquer educação, mas aquela que é de direito do trabalhador(a) do campo, aquela que tem o papel de fazer o trabalhador sentir-se participante das esferas do mundo, que não importará onde ele esteja, será importante e participante das lutas e conquistas do campo.

Sistema Multisseriado, Modular e Regular: realidade da educação básica das ilhas de Abaetetuba-PA

Multisserie

As dificuldades enfrentadas pela educação do campo nas ilhas de Abaetetuba-Pa, mostra a fragilidade com que essa política pública chega ao povo ribeirinho. Muito influenciado por interesses políticos, econômicos e sociais; um grave problema para essa população que fica de certa forma dependente da “boa vontade” dos políticos. Que na maioria das vezes finge esquecer que na parte insular do município há um povo que anseia por políticas públicas e cuidados. Uma vez que essa população representa cerca de 30% de toda a população do município de Abaetetuba-Pa, segundo dados do IBGE.

Esse “esquecimento” acaba acarretando vários fatores que influenciam para que a educação do campo não seja difundida corretamente, uma vez entendida que a escola é um espaço não só de conhecimento científico, como afirma Caldart em sua obra, onde:

A escola é um lugar fundamental de educação do povo, exatamente porque se constitui como um tempo e um espaço de *processos socioculturais*, que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam. E se constitui assim muito mais pelas relações sociais que constrói em seu interior do que exatamente pelos conteúdos escolares que veicula, embora os conteúdos também participem desses processos, especialmente do que se refere à *produção e à socialização do conhecimento*. (CALDART, 2012; pag. 94).

O que vemos ao adentrarmos essas comunidades são estruturas sucateadas, espaços físicos precários que fazem com que alunos e professores desfrutem de ambientes cada vez mais insalubres e desumanos, inviabilizando o desenvolvimento de uma educação voltada a realidade ribeirinha. Espaços sem qualquer condição estrutural e técnico para se desenvolver conhecimento intelectual.

Diante dessa problemática, o Estado, órgão máximo que rege essa política pública, se abstém da responsabilidade de subsidiar estruturas que sejam viáveis ao desenvolvimento de uma educação do campo de qualidade. Onde esses espaços possam ser gerador e formador de conhecimento científico e tradicional, que possam fortalecer e resgatar a identidade dessas populações. Segundo CALDART (2012), *“as ações educativas, incluindo as escolares, são sempre portadoras, e muitas vezes intencionalmente transmissoras, de um determinado patrimônio ou tradição cultural”*.

Outra questão relevante que destacaremos gira em torno do fato de que em algumas comunidades ainda existir a modalidade multisseriado de ensino, “à multisserie”. Segundo HAGE (2005), a multisserie refere-se a *“situação em que se reúnem estudantes de várias séries na mesma sala de aula com apenas um(a) professor (a)”*. Como se não bastasse a classe escolar ter que conviver em ambientes impróprios, o fato de ainda existir esse modelo

arcaico de ensino torna a nossa educação ainda mais atrasada. Já não se tem estrutura física, material didático e informacional, estrutura humana; o que dizer de uma escola onde o professor precisa fazer o trabalho de servente à diretor da escola. Destacamos aqui um relato de um professor retratando sua condição de trabalho em uma escola do campo:

É muito difícil conciliar minha prática na sala de aula, tendo uma turma super lotada, fazendo merenda, pagando fretes da merenda, e atirando as formalidades impostas pela secretaria de educação, a qual não conhece nem um pouco a realidade do professor, mas impõe suas regras sem nenhum fundamento. (Relato Prof. José Luiz; Apud, Livro Geperuaz; 2005).

Onde fica a ética e o respeito a esse profissional que se desdobra em suas atividades extraclasse para garantir o mínimo de educação a quem não tem? Ele luta contra as adversidades e dificuldades enfrentadas no dia a dia, que é produzir plano de aula para cinco a seis turmas em uma única aula. E ainda enfrentar as diferenças impostas por essa sociedade que cada vez mais reproduz o modelo capitalista de produção que gera desigualdades e muita miséria.

O fato é de que o estado não se preocupa se o professor tem uma ou dez turmas na mesma sala o importante para ele é que seu projeto continue sendo difundido. Fazendo com que o oprimido desfrute de situações cada vez mais difíceis, deixando-os as margens da sociedade e excluídos de um direito básico que é a educação de qualidade. Em sua obra Caldart destaca:

A invasão cultural e de síntese cultural, formulados por Paulo Freire na sua *pedagogia do oprimido*, diz que: a invasão cultural é uma das características da ação antidialógica, caracterizando-se pela penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão de mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão (Caldart, 2012 apud Freire, 1983, p. 178).

Devido esses fatos, como o da *invasão cultural* se inserir na realidade do povo ribeirinho, fica muito difícil difundir um currículo escolar voltado para a realidade ribeirinha. Porque se o professor não tem tempo suficiente para produzir planos de aula, só resta uma saída que é difundir os conteúdos elaborados e prontos. Não deixando espaço para se difundir um currículo voltado para o campo que leve em consideração a realidade e especificidades de cada lugar, como: o clima, a vegetação, a cadeia produtiva, os modos de vida, a identidade e a cultura.

Por motivos já citados, esses conhecimentos acabam não sendo difundidos, negligenciando as características adquiridas pelas populações tradicionais, e que as definem como tal.

A alternativa mais utilizada para viabilizar o planejamento tem sido seguir as indicações do livro didático, sem atentar com clareza para as implicações curriculares resultantes dessa atitude, uma vez que esses materiais didáticos têm imposto a definição de um currículo deslocado da realidade e da cultura das populações do campo da região. (Livro Geperuaz, 2005; Pag. 52).

A falta de compromisso da esfera estadual e municipal com as políticas públicas para o povo ribeirinho, reflete em um índice pouco comemorado por esse povo; que é a baixa aprovação em vestibulares.

Dos poucos que conseguiram seguir a vida acadêmica a grande maioria seguiu o caminho das universidades particulares. Outra parte foi beneficiada por políticas públicas de acesso a universidades públicas, através de processos seletivos especiais. E uma outra pequena parte, conseguiu com muito esforço e superação, adentrar a universidade por meio do processo seletivo normal.

Todas essas dificuldades são reflexos de uma educação pouca assistida por quem de fato tem o dever de assistir a população, e ainda mais, é consequência de uma educação deficiente de fatores que já relatamos anteriormente.

Ou seja, ao longo do tempo esses sujeitos trouxeram rugosidades dessa tradição de sempre receber projetos prontos, sem levar em consideração suas demandas e especificidades. Mas aos poucos essa tradição tende a acabar, haja visto que o povo já participa de reuniões e audiências, onde são discutidas as formas de implantação desses modelos de projetos nessas comunidades e se colocam contrário ao desejo do estado. Fortalecendo a ideia de que ele também faz parte desses espaços de saberes e que eles também constroem conhecimentos.

E ainda mais, entende que esses espaços são locais de aprendizagem e difusão de ideias e conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória como camponês. Não há mais como negar o protagonismo dos sujeitos do campo, frente a esses fatos que impedem a inserção deles em políticas públicas básicas, como é o caso da educação do campo.

Sistema de organização modular de ensino(Some)

Outro aspecto que gera muita discussão e que merece destaque é o sistema de organização modular de ensino (SOME). Uma vez visto, como uma saída para resolver o problema da educação do campo, ele tornou-se o problema a ser resolvido; esse projeto que

teve *status* de política de inclusão social pelos governos, segundo afirma Pereira, 2016; p. 191.

Criado em 1980 no Estado do Pará, com o intuito de ofertar o ensino às comunidades tradicionais, cuja localização encontravam-se distante das cidades. Passou à ser vigorado pela SEDUC em 1982, estendendo-se no município de Abaetetuba em meados de 1996.

Lembramos que essa política ajudou muitos jovens e adultos camponeses a concluírem o ensino básico nas suas próprias comunidades. Haja visto que era inviável esses sujeitos se deslocarem para o centro urbano para concluir seus estudos. Foi um fator relevante a introdução do Sistema de Organização modular de Ensino nessas comunidades.

Por vários motivos essa política pública se colocou-se como solução frente a educação do campo. Uma vez implantado, os estudantes poderiam cursar todo o ensino básico dentro de sua própria comunidade, não havendo a necessidade de deslocamento para outros lugares mais distantes.

A contra partida dos órgãos responsáveis foi uma parceria firmada, onde o estado ficaria responsável em fornecer corpo técnico capacitado para atuar nessas comunidades. Logo, toda a logística para esses profissionais chegarem nessas comunidades para ministrar as aulas de forma modular. O município ficaria com a responsabilidade de ceder um espaço adequado para o desenvolvimento das aulas e a merenda escolar, além de profissionais para fazer a merenda escolar e limpeza dos ambientes. Como afirma Perreira, 2016:

Os municípios se comprometerão, em contrapartida, cedendo os prédios escolares para o funcionamento das aulas, merendeiras para fazer o lanche para os alunos deste sistema de ensino e os responsáveis das escolas municipais que estão incumbidos de preparar o livro de ponto e a frequência escolar dos professores, contribuindo de certa forma com o aprendizado desses sujeitos e ao mesmo tempo oportunizando-os de prosseguirem em direção ao que se refere à continuidade de sua escolarização básica e obrigatória. (PEREIRA, 2016; p. 196).

A maioria dessas escolas são nucleadas, ou seja, a escola sede onde se concentra recursos e outros benefícios estão no centro urbano, esse é mais um problema que trataremos adiante.

Bom, no papel tudo funcionava assim como todos os projetos de gabinete que não levam em consideração a realidade do povo. Mas na prática o povo ribeirinho sofreu mais uma grande decepção, e essa está lhe custando muito caro até os dias atuais.

São 21 anos de sofrimento, tentando erguer um projeto que não deu certo à começar pela estrutura física. Onde cerca de 99% das aulas acontecem em salas improvisadas em barracões cedidos muita das vezes pelas comunidades eclesiais de base(CEB's). Isso porque o

município, órgão responsável em organizar esses espaços alega que não teria condições de construir escolas em todas as 72 comunidades, por esse motivo passou a alugar esses espaços e improvisar as salas. No entanto, acabou colocando alunos e professores em situações bem difíceis, tendo que dividir o mesmo espaço separados por paredes de madeira para subdividir as turmas e tentar organiza-las. E muitas das vezes as aulas ministradas até em pontes, corredores ou embaixo de árvores.

Imagine um espaço com 05 a 06 turmas divididas por uma meia parede de madeira, onde o que um professor fala todas as outras turmas ouvem. Isso acaba prejudicando o aprendizado do aluno. Com isso, alguns acabam desistindo de estudar.

Não dá para negar que houve uma diminuição no número de alunos desistentes, e aumento no número de concluintes do ensino básico nas comunidades, pelo fato de não precisarem se deslocar para lugares distantes. Mas isso não significa dizer que há qualidade no ensino-aprendizagem. Muito pelo contrário, há situações onde muitos alunos passam de uma série para outra sem sequer ter assistido um dia de aula em algumas disciplinas por falta de professores.

Mesmo assim alguns professores, alunos e alguns pais compartilham da mesma ideia, e essas e outras situações acabam acontecendo, um absurdo para o ensino-aprendizagem desses alunos.

A merenda escolar

Outra dificuldade enfrentada é a falta de merenda escolar que para muitos torna-se a principal e única refeição diária. Essa dificuldade se deu devido ao aumento do número de alunos que passaram para a administração do município. Essa sobrecarga de alunos acabou gerando um aumento orçamentário para a prefeitura, que acabou não aumentando a quantidade de repasse de verbas para a merenda escolar, deixando muitos alunos impossibilitados de estudar.

Isso acabou inviabilizando o ensino-aprendizagem de qualidade, gerando alguns casos de abandono escolar, por parte da população que detém menor poder aquisitivo. O que para alguns é apenas uma merenda para outros é indispensável para sua permanência na escola; chegando a ter que optar em estudar e ou trabalhar.

Nucleação de escolas

O fato da escola ser nucleada torna ela parte de um projeto que acaba gerando benefícios e recursos para sua sede. Isso é o que acontece com a maioria das escolas do campo, mais precisamente na região das ilhas de Abaetetuba.

Pelo fato das escolas serem nucleadas, elas apenas somam seu número de alunos a escola sede. Quando essa escola sede recebe algum benefício ela não repassa até a escola nucleada, ou quando chega é o resto daquilo que não é mais aproveitado pela escola sede. Em todas as situações, a escola sede está localizada no centro urbano. Isso acarreta uma série de problemas estruturais e físicos. Onde o aluno e o professor passam a sofrer consequências irreparáveis, tanto físicas como psicológicas, devido à falta de investimentos e repasse de verbas que sejam suficientes para a demanda escolar.

Tem ocorrido situações que os alunos tiveram que estudar com os pés submersos na água, porque geralmente esses ambientes sofrem influência de maré, onde a água invade esses locais e as crianças tem que passar por essas situações desumanas, Além desses problemas, existem muitos outros oriundos desse projeto mal planejado, como: carteiras desconfortáveis, quadro branco insuficiente, espaço sem ventilação mecânica, espaço sem energia elétrica e material didático insuficiente.

Esses são alguns exemplos das dificuldades enfrentadas pelos alunos do campo nas ilhas de Abaetetuba-pa, e que passa a ser o problema a ser resolvido pelo órgão competente que nesse caso é o Estado.

O papel do educador nesse projeto

Não poderia deixar de falar de outro problema, que gera bastante discursão em meio a esse cenário que a educação do campo se enquadra, que é o “descaso” exercido por parte de alguns educadores que deveriam ser os primeiros a dar o exemplo. É de se contar nos dedos o número de professores que estão verdadeiramente preocupados com o que é repassado e assimilado pelos alunos. Não há um interesse por parte de alguns professores em ajudar essa população que sofre a tanto tempo com essa educação assistencialista e tradicional. Já que [...] é um verdadeiro descaso da maioria desses profissionais com o povo ribeirinho. Na sua grande maioria os professores não assumem o papel de educadores, mas sim de “explorador”. Porque se beneficiam do fato de dar aulas nessas comunidades, recebendo um alto salário por seu serviço prestado, negligenciando as conquistas dos movimentos sociais organizados. Pois, a luta por uma escola digna no campo, que viesse suprir todas as necessidades do camponês, é

sem dúvidas uma luta dos movimentos sociais organizado, como destaca o dicionário da educação do campo:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo a educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A educação *do* campo não é *para* nem apenas *com*, mais sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido. (CALDART, 2012; pag. 263).

Essa luta nas ilhas do município de Abaetetuba-Pa, também é das comunidades eclesiais de base lideradas pela igreja católica, mas que a maioria dos professores e da sociedade civil desconhece. Um exemplo real desse descaso, é que muitos desses professores só aparecem para dar aula na terça-feira, correm com o conteúdo programático para assegurar o cumprimento da carga horária, não se preocupando com o aprendizado do aluno, se ele conseguiu assimilar ou se tem alguma dúvida. Muitas das vezes passa aula nos dois períodos, povoa a mente do aluno de informação e o aluno acaba não absolvendo muita coisa. Tudo porque na quinta-feira o professor volta para o centro urbano onde vive, deixando o aluno ribeirinho abastecido de informação, mas sem dá o devido tratamento a essa informação; não dá tempo suficiente para o aluno assimilar bem os conteúdos.

Por esse motivo essa classe profissional ganhou um apelido curioso popularmente conhecido de TQQ (trabalha terça, quarta e quinta-feira). Mais um grave problema para o povo ribeirinho que fica refém do conhecimento, tendo que disputar a altura com alunos de escolas públicas e particulares que estudam de forma ordenada os conteúdos e no tempo hábil.

Desse modo a disputa nos processos seletivos tornam-se desigual se levarmos em consideração as dificuldades enfrentadas pelo povo camponês. Que nesse caso sempre vai chegar atrás nas vagas ofertadas pelas universidades e outros órgãos. Ficando dependente de políticas públicas, que visem beneficiar as populações tradicionais em específico. Mas o povo ribeirinho sempre lutou e quer igualdade de direitos, seja em qual for a política pública. Por isso que esse povo defende a implantação de escolas regulares no campo, que venha suprir todas as necessidades e que valorize os saberes, costumes, culturas e conhecimento do camponês. Dizendo não as formas arcaicas de ensino que só difunde o modelo tradicional de ensino.

Hoje a população ribeirinha já conta com uma quantidade expressiva de professores formados nas diversas áreas, profissionais esses que sofreram e sofrem na pele as consequências de uma educação assistencialista. Que só visa os interesses das classe dominantes, que deixa a população totalmente desinformada, mas que com muita luta e força de vontade tem o interesse e o sonho de ajudar suas comunidades.

Esses profissionais estão no mercado de trabalho, só aguardando uma oportunidade para colocar em prática seus conhecimentos adquiridos na academia e no convívio social, interrelacionando com os conhecimentos tradicionais do povo ribeirinho, mudando o rumo da educação do campo nas ilhas de Abaetetuba-Pa.

Nesse contexto só há uma saída óbvia! Que será o empoderamento das populações tradicionais, através da entrada cada vez maior de sujeitos a academia, que gerará ações de combate a todo tipo de negação de direito do povo, esse povo sofrido tem o mesmo direito dos outros povos.

A população ribeirinha espera ansiosa uma alternativa para os problemas que giram em torno da educação do campo nas ilhas de Abaetetuba-Pa. Principalmente a mudança das formas de ensino que hoje são difundidas nas comunidades. O povo está cansado de receber “o resto”, esse povo quer experimentar outras formas de ensino que possam ajudar os alunos a desenvolver de forma sustentável e igualitária as comunidades ribeirinhas. Deixando bem claro a insatisfação com projetos que visem o desaparecimento de saberes, culturas e identidade das populações tradicionais. A resistência será em prol de uma educação justa e igualitária para todos os povos.

Todos esses fatores colocam a educação do campo numa escala muito inferior de desenvolvimento. Fazendo com que ela atinja uma marca que a torna assistencialista e reprodutora de conteúdos propostos nos livros didáticos. E que ao longo da história marcaram a vida dessa população, deixando-nos as margens da sociedade e vulnerável a todo tipo de informação distorcida da realidade que o campo vive.

Ainda hoje o povo sofre com esses males, não há respeito nem reconhecimento da cultura, saberes e identidade ribeirinha. A reprodução de conteúdo propostos nos livros didáticos ainda estão bastante frequentes e não fazem ligação nenhuma com a realidade vivida. Por isso passa a ser uma educação assistencialista e inibidora de conhecimentos tradicionais desse povo.

Educação do Campo: história “ainda” em construção

O debate de uma política educacional voltada à atender as formas de vida campesina, surge na década de 1990. Os protagonistas dessa discussão foram os movimentos sociais, assumido principalmente pelo MST. Até hoje essa bandeira continua sendo levantada pelos diversos movimentos sociais, que trazem na luta a reivindicação de uma educação de

qualidade. Deve-se levar em consideração que este propósito iniciou antes mesmo do fim do governo militar, surgindo dos trabalhos educativos nos acampamentos do MST, à partir de 1979, (BRANDÃO, p. 04). Sendo que a Educação do Campo é decorrência das práticas educativas desenvolvidas nas escolas itinerantes nos acampamentos do Movimento Sem Terra, realizada em barracos de lonas, nas sombras de árvores e sapés, (BRANDÃO, p. 04). Mas, só à partir dos anos de 1990, que passou à ser mencionado nos debates e encontros para discussão da educação.

Em 1997, foi promovido o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I ENERA). Passando então, o termo “Educação do Campo”, à ser conhecido e discutido. No ano seguinte de 27 à 30 de Julho de 1998, é realizado o I Congresso Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia-Go. Ambos os eventos, foram promovidos pelo MST em parceria com a Universidade de Brasília (UNB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesses desafios, foi instituído pelo governo federal em 16 de Abril de 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que mesmo com várias dificuldades está em vigência até os dias atuais.

De 02 à 06 de Agosto de 2004, foi realizado a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo. Em 2005, de 19 à 21 de Setembro, com o propósito de discutir as práticas e pesquisas em educação do campo, que foi realizado no Brasil o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, envolvendo pesquisadores e movimentos sociais. O evento foi promovido pelo MDA por meio do PRONERA e pelo MEC, por meio da SECAD.

Essas discussões em escala nacional também resultaram em debates locais. No Pará, em Novembro de 2003, foi realizado o “Encontro Estadual de Educação do Campo”, no município de Castanhal. Em 2004, o “I Seminário Estadual de Educação do Campo”, foi realizado na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em Belém (PA).

Em 2005, é destacado o “II Seminário Estadual de Educação do Campo”, ocorrido no Seminário Pio X, em Ananindeua (PA). Outro grande evento que iniciou em 2005 e estendeu-se até 2008, foi o “Programa Saberes da Terra da Amazônia Paraense”.

No ano de 2007, foi realizado o “III Seminário Estadual de Educação do Campo” e o “I Seminário Estadual da Juventude do Campo”, ambos ocorridos no Seminário Pio X, em

Ananindeua (PA). Em 2008, foi a realização do “I Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará, em Belém (PA), sendo o II evento no ano de 2010.

Por uma Educação do Campo: a grande luta das comunidades e movimentos sociais

As comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba anseiam por uma educação voltada à atender os aspectos voltados à sua realidade. Levando em consideração as culturas, tradições e o modo de vida peculiar da população e que fortaleça os seus territórios. Assim, apresentam de forma organizada as lutas através dos movimentos sociais, que objetivam a busca pelos direitos à educação. Não qualquer oferta de educação, mas uma educação de qualidade. E quando trata-se de Educação do Campo, compreende a descrição de Caldart 2012, ao dá ênfase na “tríade: campo-educação-políticas públicas” (Caldart,2012, p.265). Ou seja, a Educação do Campo baseia-se por um tripé, logo ao referir-se na modalidade de campo, significa pensar em uma educação diferenciada, à partir das culturas específicas do lugar e com as suas respectivas realidades no âmbito social.

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratório, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequado ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (Decreto 7.352, 2010, p. 85).

Mas, o que tem-se é uma educação nos moldes rural, ou seja, apenas no campo, uma pedagogia voltada principalmente aos livros didáticos, sem ligação com a realidade dos estudantes. O que evidencia que o Estado de direito continua pensando a implementação da Educação “para” o campo e não “com” o, “no” ou “do” campo (Brandão, p. 03). Assim, a “educação rural” apresenta caráter manipulador e controlador da consciência sócio-política, visando a preparação de mão-de-obra para atender o capital financeiro (Brandão, p. 03).

Diante da necessidade e considerando que a educação do campo é uma proposta em construção e que a sua concretização parte da luta dos sujeitos do campo (Oliveira Neto, 2014), principalmente quando tratamos da realidade ribeirinha na Amazônica (Oliveira Neto, 2011), temos acompanhado a organização das comunidades e da luta constante com reivindicações, reuniões e audiências públicas, que o Ministério público resolveu acatar o apelo feito pelas comunidades e elaborou um plano de ação. Este movimento, em parceria com o Conselho Municipal de Educação (CME), a Secretaria de Educação (SEDUC) e todas

as organizações e instituições que compreendem a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, realizaram do dia 05 de Maio à 30 de Agosto de 2017 visitas nas comunidades ribeirinhas, para escutar a população por meio de audiências públicas e visitas nas escolas. Levantando um diagnóstico da realidade das escolas do campo no município.

Foram realizadas 11 plenárias públicas nas ilhas de Abaetetuba, organizadas por setores, conforme a organização adotada pelas CEB's, atendendo todas as 72 ilhas. As estradas também foram contempladas com 03 audiências, totalizando 14 plenárias entre estradas e ilhas. Mas é preciso reforçar que essa primeira conquista é resultado de incontáveis lutas dos ribeirinhos, e que ainda está no campo da luta com por melhores infraestruturas e para que o direito à educação de qualidade se efetive no campo. Cabendo ainda que os movimentos sociais presentes na região, consigam avançar na construção de uma proposta pedagógica para a educação do campo ribeirinha na Amazônia.

À partir das coletas de informações nas comunidades, na realização das visitas nas escolas, foram contabilizados em dados um panorama da real situação das escolas no campo do município e apresentado às comunidades. Diante desta apresentação em uma reunião ampliada realizada no dia 15/09/2017 no auditório do sintepp/Abaetetuba, que trouxe como debate a “Educação Básica em Abaetetuba – diálogos para garantia do direito à educação de qualidade”, que foi possível enxergar melhor os dados qualitativos e quantitativos da real situação da educação no campo. Sendo que revelava o verdadeiro descaso do poder público com as comunidades tradicionais.

Nesse dia as comunidades puderam novamente se manifestar reivindicando seus direitos frente aos órgãos, representantes políticos e à SEDUC. Já que a educação básica, nas etapas da educação infantil até o 5^o ano do fundamental é ofertado mediante investimentos do município. E o 6^o ano (5^a série do fundamental maior) até o 3^o ano do ensino médio é mediante o Estado.

Nesse sentido, o Estado no ano de 2017, estava decidido implantar nas comunidades o projeto mundiar no sexto ano do ensino fundamental e gradativamente nas outras séries do fundamental maior à cada ano. Assim os alunos estudariam por vídeo aulas, por meio de televisores. E a implantação se daria nas 21 comunidades onde funciona o SOME.

Os camponeses indignados por não serem consultados e o Estado implantar uma condição de ensino totalmente distanciada com a realidade do campo, enfrentam esse desafio novamente na luta. Dizendo “NÃO” ao que o Estado quer impor, lutando pela garantia dos

direitos e não aceitando os projetos construídos em gabinetes que não dialogam com as comunidades. Nesse caso, foge da lógica a maneira que o Estado pretende atender os sujeitos do campo, pois não dispõe nem de espaços físicos apropriados, quanto mais implantar vídeo-aulas se não há conexões de internet e na grande maioria não têm energia elétrica. Isso significa que as instâncias governamentais e organizacionais desconhecem a realidade dos povos tradicionais, e o desrespeito com que tratam essas populações. Com efeito, nega o que o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, dispõe no inciso IV:

Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (Decreto 7.352, 2010, p. 82).

Mas a realidade concreta ainda está longe do que é citado na lei. Assim, diante de tantas negligências e cortes nas verbas nacionais destinadas à educação, as populações tradicionais encontram-se cada dia que passa às margens da sociedade.

Considerações finais

O cenário persistente da negligência com as populações tradicionais, levando em consideração uma educação sucateada pelas instâncias governamentais, leva a necessidade da organização destes povos na luta por uma educação de qualidade. Neste propósito é necessário o empoderamento e o envolvimento dos camponeses, reivindicando o que lhes é negado. Diante dos cortes realizados pelo governo federal, a penalização maior é com esses povos de comunidades tradicionais.

Assim, faz-se necessário fortificar ainda mais as bases, comunidades e movimentos sociais. E quando os resultados das lutas apresentam-se satisfatórios aos objetivos, mesmo assim ainda é preciso lutar para melhorar a cada dia.

Para isso, os camponeses já conseguido o direito de estudar na sua própria localidade, continuam lutando por melhorias no seu exercício, adequação das metodologias, currículo apropriado, estruturas físicas, humanas e materiais de qualidade. Além de olhar o sujeito do campo à partir do que ele é, ribeirinho, quilombola, indígena... E assim, buscar dos órgãos governamentais políticas que fortaleçam o “ser”, que sejam vistos como cidadãos de direito e que seja repensada a proposta pedagógica de educação para o campo.

Uma das propostas levantada pelos movimentos, que condizem com a realidade de muitos jovens do campo, favorecendo assim a diminuição da desistência, seria a implantação da pedagogia da alternância. Sendo que, o jovem teria mais chance de frequentar a escola, já que muitas vezes desiste de estudar por necessidade de trabalhar durante a safra do açaí.

Portanto, os camponeses buscam participação e serem sujeitos da história, mas para isso precisam aprimorar seus conhecimentos. E a prática de uma educação comprometida com a valorização e respeitando essas diversidades culturais, fortalece as identidades além de aperfeiçoar o ver, julgar e agir.

Referências Bibliográficas

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010: **§4 dispõem sobre direitos da educação do campo**, Brasília.2010.p.85

BRANDÃO, E. C. **A Educação do Campo no Brasil e desenvolvimento da consciência**. Disponível em: www.docplayer.com.br. Acesso em 05, Setem. 2017.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. In **Dicionário da educação do campo**. Caldart, R. et al (Orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (259-266).

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Expressão Popular: São Paulo, 2012.

HAGE, Salomão; FREITAS, Maria; BARROS, Oscar; CORRÊA, Sérgio; PEREIRA, Ana Claudia; SERRA, Jacqueline; DIAS, M. S.; LOPES, Wuiama; ALMEIDA, Luciana; SILVA, Gillys; LEAO, J. **Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. 01. ed. Belém - Pará: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda., 2005. v. 01. 300p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo IBGE-cidade 2012 e 2015**. Pará: IBGE, 2016.

OLIVEIRA NETO, Adolfo. **A Luta pela Educação do Campo: Uma Conquista em Processo**. *Revista Geoamazônia* (UFPA), v. 2, p. 159-172, 2014.

OLIVEIRA NETO, Adolfo. **Educação Popular do Campo e Território: uma análise da prática educativa do GETEPAR-NEP na Amazônia ribeirinha**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Orientadora Ivanilde Apoluceno de Oliveira. PPGED-UEPA. Belém, 2011.

PEREIRA, R. C. **Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e a inclusão social dos jovens e adultos do campo**, Abaetetuba-Pará, 2016.